



CESE info

Comité Económico
e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa
e a sociedade civil organizada



EDITORIAL Caros leitores,

Entre os 500 assuntos que a Lituânia pretende focar durante o exercício da Presidência da União Europeia no segundo semestre de 2013, a segurança energética está no topo da lista.

A questão da energia é de momento particularmente sensível, tanto do ponto de vista nacional como europeu. Antes de aderir à UE, a Lituânia teve de encerrar o seu reator nuclear de Ignalina por razões de segurança. Contudo, a central nuclear cobria cerca de 70% das necessidades de eletricidade da Lituânia e o seu encerramento tornou o país mais vulnerável em termos de segurança energética.

O cabaz energético europeu suscita toda uma série de questões. Realça também a importância das decisões estratégicas que devem ser tomadas nos próximos meses. Um exemplo é o crescente empobrecimento das famílias, embora não haja estatísticas oficiais sobre esta matéria. Outros temas são o desenvolvimento sustentável, as licenças de CO2 e o peso da fatura energética nos custos totais, que está a afetar a competitividade das empresas europeias.

Mas qual é o cabaz energético ideal? Como podemos alcançá-lo de uma forma segura, não poluente, economicamente competitiva, socialmente justa e sustentável? Este debate deve ser público e não pode desenrolar-se apenas à porta fechada no círculo dos responsáveis políticos.

Frisei este ponto à Presidente lituana, Dalia Grybauskaitė, durante a sua recente visita. E estou confiante em que a Presidência lituana irá ouvir e envolver estreitamente a sociedade civil europeia no debate sobre o nosso futuro energético comum.

Henri Malosse
Presidente do CESE

wind of change le moteur citoyen

AGENDA

18 e 19 de setembro de 2013
reunião plenária do CESE, Bruxelas

25-27 de setembro de 2013
CESE: Fórum Europeu de Novas Ideias, Sopot, Polónia

NESTA EDIÇÃO

- 2** A Presidência lituana vista pelos membros do CESE
- 3** Entrevista com Anne-Marie Sigmund, membro do CESE e ex-presidente do CESE
- 4** Entrevista com Christoph Lechner e Ana Miličević Pezelj, copresidentes do Comité Consultivo Misto UE-Croácia
- 4** Entrevista com Marija Hanževački, secretária-geral dos Sindicatos Independentes da Croácia
- 5** A Grécia a caminho do desenvolvimento sustentável: a única via para o futuro!
- 6** Temos um ano para salvar a Europa, adverte Henri Malosse, presidente do CESE
- 6** O que me interessa, entrevista com Anna Nietyksza, conselheira polaca do CESE

O grande desafio é melhorar a competitividade da UE

Dez anos após a adoção do euro, a crise económica e financeira internacional pôs em evidência as limitações e contradições da União Monetária Europeia (UME), comprometendo os benefícios da moeda única. É por essa razão que o Comité Económico e Social Europeu (CESE) não deixa de se interrogar sobre qual será o futuro da moeda única. Com vista a responder a esta pergunta, que tem um impacto direto na vida de mais de 500 milhões de europeus, o CESE adotou o parecer intitulado «Para onde caminha o euro?». Este parecer tem por base uma premissa clara: o euro será insustentável, a menos que a capacidade económica dos países da União alcance um maior nível de convergência e que a competitividade aumente em toda a UE. Para que tal seja possível, é necessário assumir um grande empenho económico e político. Tal como afirmou Carmelo Cedrone, relator do parecer (Itália, Grupo dos Trabalhadores): «As aspirinas são ótimas para acalmar a dor, mas aquilo de que precisamos agora é de antibióticos para curar a doença».



Carmelo Cedrone,
membre du CESE

O antibiótico que o CESE propõe receitar consiste em substituir o princípio de «estabilidade para o crescimento» por um novo pacto para o crescimento, o emprego e a estabilidade, que inclua os parceiros sociais, o que implica necessariamente que se complete a União Monetária. Importa destacar as diversas recomendações do parecer: instaurar a governação económica da UE para o crescimento, completar o mandato do Banco Central Europeu e da União Bancária, assim como avançar para uma união orçamental, política e social.

O título da Comunicação da Comissão «Plano pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada – Lançamento de um debate a nível europeu» é, possivelmente, uma das provas mais irrefutáveis dos riscos subjacentes a uma UME incompleta. O CESE participa neste debate urgente com outro parecer («Uma União Económica e Monetária efetiva»), em que urge o Conselho a dar um passo definitivo, assumindo o testemunho que lhe é passado pela

«As aspirinas são ótimas para acalmar a dor, mas aquilo de que precisamos agora é de antibióticos para curar a doença»

Comissão. Consideramos que as medidas propostas envolvem duas fases. Consideramos que as medidas propostas envolvem duas fases. A primeira não precisa de uma reforma dos Tratados e implica, para além das medidas referidas no parecer, a criação de instrumentos que permitam superar as assimetrias entre Estados Membros, reduzir a fragmentação do crédito e completar o mercado único. A segunda, que necessitará provavelmente de uma reforma dos Tratados, pode resumir-se a uma implementação de um verdadeiro governo da UE, que permita à Europa responder às crises financeiras como a atual da mesma forma que o fazem os EUA ou o Japão.

Ainda que a proposta de adotar todas estas medidas possa parecer exagerada, é necessário recordar que a UE se encontra numa encruzilhada. A febre, representada pelos sacrifícios dos cidadãos e das empresas, continua a subir e, se não se dosearem os antibióticos, o doente poderá virar as costas aos seus médicos, perguntando-se: mas que Europa é esta? (asp)

Transição energética: envolver os cidadãos

A transição energética que a UE está a levar a cabo só chegará a bom porto se o público em geral for plenamente envolvido neste processo. É esta a principal conclusão do evento sobre transição energética e diálogo com os cidadãos, organizado pelo Comité Económico e Social Europeu e pela *Notre Europe* – Instituto Jacques Delors em Paris, no mês de maio. O evento, que reuniu ministros e funcionários dos Estados-Membros responsáveis pelo setor da energia, bem como partes interessadas e representantes da

sociedade civil, tinha como objetivo abrir um diálogo aberto e transparente sobre a energia na Europa entre os Estados-Membros e em cada um deles.

No final do evento, Henri Malosse, presidente do CESE, e Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia, assinaram uma declaração que recomenda a divulgação de informação de melhor qualidade, a realização de mais consultas e a instauração de uma maior democracia no domínio da energia. Os signatários da declaração defendem



Henri Malosse,
presidente do CESE

«É chegado o momento de repensar as nossas estratégias energéticas contando com a participação plena do público em geral. Um público bem informado que é consultado e cujas opiniões são respeitadas eis a chave da democracia.»



Jacques Delors,
ex-presidente da
Comissão Europeia,
©Notre Europe

a organização de mais campanhas de informação e sensibilização para explicar à sociedade civil e ao público em geral a dimensão dos futuros desafios energéticos. Além disso, reiteraram a necessidade de se realizar debates amplos e inclusivos na UE e exortaram os responsáveis políticos a respeitarem as opiniões das comunidades consultadas. Henri Malosse e Jacques Delors comprometeram-se a monitorizar este processo.

«É chegado o momento de repensar as nossas estratégias energéticas contando com a participação plena do público em geral. Um público bem informado que é consultado e cujas opiniões são respeitadas eis a chave da democracia», afirmou o Presidente Henri Malosse.

O texto da declaração foi apresentado ao Conselho Europeu pouco antes da sua reunião de maio sobre energia. O principal ponto do documento vai ao encontro dos apelos reiterados do CESE para a criação de um Diálogo Europeu sobre a Energia, que promoveria a interação das redes da sociedade civil e do público com os responsáveis políticos e asseguraria a realização de debates coordenados e a vários níveis entre os Estados-Membros e em cada um deles. (mb)

www.eesc.europa.eu



O grande desafio é melhorar a competitividade da UE

Declaração de Raimundas Karoblis, Representante Permanente da Lituânia junto da UE

A Presidência lituana do Conselho da UE coincide com um período em que a Europa precisa de restaurar a confiança dos seus cidadãos, da sua sociedade e das suas empresas – bem como do resto do mundo – quanto à sua credibilidade,



Raimundas Karoblis, Representante Permanente da Lituânia junto da UE
©Representação Permanente da Lituânia junto da UE

crescimento e abertura. Devemos trabalhar em conjunto para garantir que a UE é credível na gestão das suas finanças, que prossegue políticas que permitem gerar crescimento e criar emprego e que está aberta ao resto do mundo, nomeadamente aos países candidatos, aos países vizinhos e aos nossos principais parceiros comerciais.

A Lituânia superou a crise e regressou a um crescimento rápido e sustentável. Mas a UE, para ser uma União, precisa de mais. Julgamos que a competitividade é um dos domínios em que a UE pode

fazer melhor. A nossa Presidência dará prioridade a inúmeras iniciativas, dos serviços à energia, passando pela Agenda Digital, que resultem num mercado único mais integrado e eficaz. Teremos também de traduzir o orçamento da UE para 2014-2020 numa legislação pertinente para que o dinheiro esteja disponível sem demoras e a economia beneficie do seu impulso. Procuraremos formas de libertar o potencial inexplorado e estamos gratos ao Comité Económico e Social Europeu pelo seu empenho na procura, entre outros, de formas de melhorar a eficiência das empresas públicas, as oportunidades de

“Julgamos que a competitividade é um dos domínios em que a UE pode fazer melhor.”



Dalia Grybauskaitė apresenta o logótipo da Presidência lituana ©2011 Gabinete do Presidente da República da Lituânia.

emprego para as mulheres e os resultados das estratégias macrorregionais.

Estas tarefas são extraordinárias, o volume de trabalho mais intenso do que nunca e o tempo é escasso, pois a UE prepara-se para encerrar o atual ciclo

legislativo. Os meses que se avizinham serão, portanto, muito intensos. A nossa Presidência fará tudo o que está ao seu alcance. Estamos convencidos de que todos os Estados-Membros e instituições da UE cooperarão a fim de garantir o sucesso de todos nós.

A Presidência lituana vista pelos membros do CESE

Uma presidência industriosa



Gintaras Morkis, membro do CESE

Segundo Gintaras Morkis, membro do CESE e secretário-geral adjunto da Confederação Lituana dos Industriais,

“Para mim, o tema mais importante é a política industrial e tudo o que lhe diz respeito”

a Presidência lituana deve colocar a política industrial no topo da sua agenda.

CESE Info: O que significa para si a Presidência lituana?

M. Gintaras Morkis: Há quem diga que a presidência da UE desempenha uma função meramente processual, mas eu creio que é muito mais do que isso.

Há também quem pense que a presidência e as instituições europeias têm

tudo sob controlo e que as empresas não devem ser envolvidas. Contudo, para mim, são as pessoas – os cidadãos – de um país que constituem o Estado e, por isso, a sociedade civil, incluindo os empresários, deve assumir o seu papel. É nisso que se tem centrado a Confederação Lituana dos Industriais.

Em que prioridades gostaria que a Lituânia se centrasse?

Considero que as quatro prioridades que a Lituânia escolheu são especialmente importantes: a Parceria Oriental da Política Europeia de Vizinhança, a segurança energética, a estratégia para os Estados do Mar Báltico e melhor proteção das fronteiras. A posição geoestratégica da Lituânia é especialmente importante para a Parceria Oriental.

Contudo, para mim, o tema mais importante é a política industrial e tudo o que lhe diz respeito: preços da energia, reforma do mercado e infraestruturas, bem como questões relacionadas com o ambiente e a regulação.

Rumo à retoma

Segundo Mindaugas Maciulevičius, membro do CESE, a Presidência lituana deve partilhar a sua experiência na contenção da sua crise económica para ajudar o resto da UE a traçar o rumo para a retoma. E, na sua opinião, recolocar a Europa no caminho certo exige a participação de toda a sociedade civil.

CESE Info: O que pode trazer a Lituânia à sua presidência?

Mindaugas Maciulevičius: A Lituânia está neste momento a emergir de uma grave crise financeira e a sua economia está novamente a entrar numa dinâmica de crescimento. A nossa experiência na contenção da tempestade pode ser útil a outros Estados-Membros que pretendam estimular o crescimento e o emprego, nomeadamente entre os jovens.

“A principal prioridade da Presidência lituana deve ser a criação de uma Europa credível, aberta e em crescimento.”

Quais deverão ser as prioridades da Lituânia para os próximos seis meses?



Mindaugas Maciulevičius, membro do CESE

A principal prioridade da Presidência lituana deve ser a criação de uma Europa credível, aberta e em crescimento. As medidas específicas a adotar devem incluir o aprofundamento da União Económica e Monetária e do mercado único, o reforço da estabilidade financeira e da solidez das finanças públicas na UE.

Que papel deve desempenhar a sociedade civil?

A sociedade civil desempenha um papel vital na promoção destes valores através do seu conhecimento e experiência. Estão previstos vários eventos precisamente para promover estes objetivos. Construir uma Europa mais próspera e inclusiva é um trabalho de equipa.

Quando a paciência nem sempre é uma virtude

Segundo Daiva Kvedaraitė, membro do CESE e do sindicato lituano Solidarumas, a Presidência lituana deveria dar maior relevo à dimensão social europeia e os lituanos deveriam renunciar à sua bem conhecida paciência e reivindicar profundas mudanças.

CESE Info: Que significado tem a Presidência da UE para os lituanos?

Daiva Kvedaraitė: Este é um ano especial para a Lituânia e não apenas por causa da Presidência. Celebramos o 25.º aniversário do «Sąjūdis», o movimento pacífico e não violento que nos levou à independência da União Soviética.

Infelizmente, os acontecimentos que se seguiram abalaram a confiança das pessoas no futuro e inclusivamente na UE.

A seu ver, quais deveriam ser as prioridades da Lituânia?

A agenda oficial da Presidência inclui o reforço da estabilidade financeira, a criação de uma união bancária e a promoção do crescimento e do emprego.

Mas, por si só, isto não basta. É também fundamental envolver o cidadão comum e reforçar a dimensão social. Afinal, a UE não é apenas uma união económica e monetária, mas também uma união de valores, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

“Reforço da estabilidade financeira, a criação de uma união bancária e a promoção do crescimento e do emprego isto não basta.”

Na sua opinião, qual deveria ser o papel da sociedade civil durante a Presidência lituana?

Os lituanos são conhecidos pela sua paciência. Não protestaram perante os cortes nos seus salários, ordenados, nas suas pensões e nos subsídios de desemprego. Mas seremos realmente um exemplo para outros países da UE?



Daiva Kvedaraitė, membro do CESE

É essencial que o nosso país saia da sua apatia e desenvolva um sentido mais profundo de dignidade, coragem, confiança e solidariedade. Afinal de contas, todos nós somos responsáveis pelo nosso futuro.

BREVEMENTE NO CESE

Descubra a Lituânia

A exposição «Lithuania in the Mail Parcel» [a Lituânia em encomendas postais] constitui uma forma invulgar e interativa de apresentar este país. O CESE tem muito gosto em celebrar a Presidência lituana da UE em colaboração com a Representação Permanente da Lituânia.

A exposição, inaugurada em 10 de julho, permanecerá no Atrium 6 do edifício JDE até 25 de setembro de 2013. Venha descobrir e explorar este Estado-Membro da região do Báltico na sua Wunderkammer – uma sala de curiosidades – onde estão representados

os locais de Património Mundial na Lituânia reconhecidos pela UNESCO. Dez caixas (encomendas) apresentam dez maravilhas do Património Mundial Natural e Cultural na Lituânia identificado pela UNESCO. (sb)



©Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia



EDITORIAL Caros leitores,

Acolher um novo Estado-Membro no seio da família europeia é fonte de esperança e inspiração, e prova concreta de confiança no futuro de uma União Europeia unida e em crescimento.

A adesão da Croácia em 1 de julho é motivo de comemoração num momento em que são poucas as boas notícias na UE. Aproxima um pouco mais de Bruxelas o sudeste da Europa, com o seu mosaico de pequenos países que desempenharam um papel muito importante na história do continente.

Muitos europeus conhecem a Croácia como um destino turístico de excelência, mas este país tem mais para oferecer, nomeadamente um rico património cultural e uma valiosa diversidade ambiental.

Despontando após os rigores ideológicos da ex-Jugoslávia, a sociedade civil organizada da Croácia necessitava de apoio, que o CESE lhe prestou continuamente ao longo de muitos anos. Num parecer de 2007, apelámos à maior participação possível dos cidadãos na integração da Croácia na UE, afirmando que «as organizações da sociedade civil fortes e com uma eficácia duradoura têm um papel importante a desempenhar na implementação do acervo comunitário [legislação da UE] e no seu acompanhamento, em especial, no período imediatamente após a adesão à UE». Na Croácia, a sociedade civil é fundamental na luta em curso contra a corrupção, bem como na sensibilização para a questão das minorias e na criação de estruturas para as proteger.

O CESE salientou que o diálogo civil estruturado é essencial para consolidar a confiança, a solidariedade e a transparência, e que a sociedade civil deve ter garantido o direito de participar no processo de decisão.

Nos próximos meses, esperamos que a sociedade civil organizada venha a desempenhar, plenamente e de forma construtiva, o seu papel no desenvolvimento da Croácia como membro da União Europeia.

Jane Morrice

Vice-presidente do CESE responsável pela comunicação

«Muitos europeus conhecem a Croácia como um destino turístico de excelência, mas este país tem mais para oferecer, nomeadamente um rico património cultural e uma valiosa diversidade ambiental.»

A sociedade civil contribui para o êxito da cidadania europeia

Entrevista com Anne-Marie Sigmund, ex-presidente do CESE e relatora do parecer sobre o trilho da Croácia rumo à adesão à UE

Anne-Marie Sigmund é membro, há dezoito anos, do Comité Económico e Social Europeu, que presidiu entre 2004 e 2006. Em 2007, apresentou o parecer de iniciativa do CESE intitulado «A Croácia na via da adesão». Naquela altura, ainda se pensava que este país junto ao mar Adriático aderiria à UE dois anos mais tarde. Esse momento chegou finalmente, quatro anos após a data prevista. O CESE Info perguntou a Anne-Marie Sigmund se a festa de boas-vindas não seria, por isso, especialmente calorosa.

Anne-Marie Sigmund: Aquando da adoção do meu parecer, já tínhamos organizado um grande serão croata no nosso Atrium, como sinal do nosso forte apoio a essa adesão. Desta vez, organizámos uma exposição fotográfica, inaugurada em 25 de junho. Mas o Comité tem efetivamente algo de especial a festejar, pois, no início, deparámo-nos com um obstáculo fora do comum.

Quando era presidente do CESE, fui a Viena apresentar os trabalhos do Comité. Um conselheiro da Legação croata abordou-me, então, para me perguntar por que motivo não existia um comité consultivo misto com a sociedade civil para a Croácia. Eu, que não o sabia, fiquei surpreendida, pois é habitual a constituição sistemática de um comité desse tipo entre o país candidato à adesão e o CESE. Fui informar-me e descobri que esse pormenor tinha sido esquecido no acordo de associação celebrado com a Croácia.



Anne-Marie Sigmund, membro do CESE e ex-presidente do CESE

CESE Info: E já não era possível alterar o acordo de associação. A situação de partida não era, portanto, a melhor.

Bom, mas nós não desistimos assim tão depressa. Na altura, Olli Rehn era o comissário responsável pelo Alargamento e entrei em contacto com ele. Efetivamente, não foi nada fácil encontrar uma solução. Mas acabámos por abraçar esse trabalho, mesmo se, de início, não pudésemos usar a designação «comité consultivo misto», mas sim «comité de acompanhamento da sociedade civil UE Croácia». E tudo isto sem poder ter a menor incidência orçamental, que foi o que aconteceu.

«Não é suficiente que o país candidato à adesão adote o acervo da União, importa também estabelecer as condições necessárias para a aplicação prática desse acervo.»

Qual o papel de um comité desse tipo no processo de adesão?

A nossa missão consiste principalmente em contribuir, antes dos processos de decisão oficiais, para o reforço das capacidades e em ajudar a sociedade civil a organizar-se e expressar-se de forma adequada.

Não é suficiente que o país candidato à adesão adote o acervo da União, importa também estabelecer as condições necessárias para a aplicação prática desse acervo. Se não forem criadas as infraestruturas necessárias, se a sociedade civil não tiver oportunidades de participação ou se ela não estiver convenientemente organizada e não dispuser de atores representativos, isso não funcionará.

Pode dar-nos um exemplo?

Eu provenho das profissões liberais, setor em que o reconhecimento transfronteiriço das qualificações constitui um grande problema. Sem as instâncias necessárias para fazer aplicar os processos de reconhecimento, nem a diretiva mais maravilhosa, ainda que bem transposta para o direito nacional, tem qualquer utilidade para mim.

Qual a sua apreciação da cooperação com os delegados croatas?

Fiquei muito impressionada com os negociadores croatas, que eram todos muito abertos e estavam extremamente bem preparados. Dois deles, que fizeram parte do comité de acompanhamento ou do comité consultivo, vão também representar agora a Croácia no CESE.

A Croácia em números

Superfície terrestre: 57 000 km²
(1,3% da superfície total da UE)

Litoral: 1 777 km de costa continental
e mais de 1 200 ilhas

Capital: Zagrebe

População: 4,3 milhões;
taxa de natalidade decrescente

Esperança média de vida: 75,7 anos

Língua principal: croata (servo-croata)

Pedido de adesão à UE: fevereiro de 2003

Assinatura do

Tratado de Adesão: dezembro de 2011

Referendo popular: janeiro de 2012; dois terços votaram a favor da adesão à UE

História: Anteriormente parte da Jugoslávia, a Croácia declarou independência em 1991 e lutou pelo seu reconhecimento numa guerra que durou quatro anos.



Anos de apoio e de solidariedade dão frutos

O Comité Consultivo Misto (CCM) UE-Croácia tem vindo a reunir-se semestralmente desde março de 2007 para reforçar a cooperação e preparar a sociedade civil do mais recente Estado Membro da UE para a adesão. O CESE Info perguntou aos copresidentes do CCM, Christoph Lechner, austríaco e membro do CESE, e Ana Miličević Pezelj, croata e sindicalista, sobre os resultados destas reuniões.

Graças ao CCM, a sociedade civil não foi ignorada no acordo de adesão da Croácia. «Durante anos, monitorizámos todas as negociações entre ambas as partes», explica Christoph Lechner.



Ana Miličević Pezelj, co-presidente do CCM

«Examinámos a situação da sociedade civil e disponibilizámos mais apoio, especialmente para os parceiros sociais. A Comissão Europeia e a delegação da UE aceitaram a nossa recomendação e reforçaram a capacidade dos representantes da sociedade civil na Croácia, envolvendo-os de forma mais estreita nos projetos.»

O Comité também recorreu à sua influência para pressionar o Governo croata a dar mais voz à sociedade civil no que respeita ao processo de adesão. «No início, as organizações na Croácia não tinham um grande impacto, mas nos últimos anos têm-se tornado

mais fortes», afirma Christoph Lechner. «Em alguns casos, os representantes dos parceiros sociais foram envolvidos diretamente nas negociações entre a UE e o Governo croata». O CCM também manteve as partes interessadas informadas, por exemplo, sobre as políticas de desenvolvimento sustentável e rural», acrescentou Ana Miličević Pezelj.

Segundo Christoph Lechner, o principal desafio para a Croácia será manter-se competitiva na economia da UE. A longo prazo, contudo, a adesão será benéfica para ambas as partes: «A Croácia terá total acesso ao imenso

mercado europeu». Considera também que as organizações da sociedade civil desempenharão um papel crescente neste processo. «Desde que se iniciaram as negociações com a UE, temos conseguido reforçar a capacidade das organizações da sociedade civil, com vista a que possam integrar órgãos a nível da UE.»

Miličević Pezelj está de acordo com Christoph Lechner: «Nos últimos 20 anos, a sociedade civil croata tem estado num processo de desenvolvimento contínuo. A adesão à UE trar-nos-á mais oportunidades de aprender e de trocar experiências através do

trabalho em rede e de parcerias com organizações europeias da sociedade civil. Precisamos de continuar a reforçar as nossas capacidades, de forma a aproximarmos-nos das regiões mais desenvolvidas da UE.»

O CCM também ajudou a preparar os novos membros croatas para o papel a desempenhar no CESE. Graças a este apoio, Christoph Lechner prevê que «estarão preparados para começar a trabalhar desde o primeiro dia.»

Missão cumprida? O CCM reuniu-se pela última vez em junho para aprovar o seu relatório final, que incluirá a experiência adquirida com vista a futuras adesões da UE. Foi já manifestado interesse no que respeita à realização de audições públicas com os países dos Balcãs Ocidentais. «Será importante envolver tantas organizações quanto possível, de forma a assegurar uma ampla consulta durante as negociações», concluiu Christoph Lechner.

«O principal desafio para a Croácia será manter-se competitiva na economia da UE.»



«O Comité também recorreu à sua influência para pressionar o Governo croata a dar mais voz à sociedade civil no que respeita ao processo de adesão.»



Christoph Lechner, co-presidente do CCM

A voz da sociedade civil croata no CESE

Em julho, nove representantes novos da sociedade civil croata juntar-se-ão ao CESE, três por cada grupo: Empreendedores, Trabalhadores e Interesses Diversos. Um desses representantes é Marija Hanževački, secretária-geral dos Sindicatos Independentes da Croácia (NHS) e ex-membro do Comité Consultivo Misto UE-Croácia.

CESE Info: O que sente ao tornar-se membro do CESE?

Marija Hanževački: Sinto-me honrada. Tivemos a oportunidade de participar em três reuniões plenárias do CESE, o que nos permitiu ter uma visão do que se passa em termos de trabalho e atividades. Vai ser uma experiência nova para mim e, embora vá ocupar muito do meu tempo, especialmente tendo em conta as deslocações de e para Bruxelas, aguardo com expectativa o trabalho que tenho pela frente.

Foi útil ser membro do comité consultivo misto?

Sim, foi. Estava numa posição que me permitiu monitorizar as negociações de adesão da perspectiva dos sindicatos, pois o cerne do trabalho do CCM estava direcionado para a aplicação do acervo da UE na Croácia. Na medida em que um dos pontos da ordem do dia de cada reunião era a situação das negociações, foi uma excelente maneira de me manter informada pois, infelizmente, essa informação não foi transmitida aos parceiros sociais durante o processo de adesão.

Como foi escolhida para o CESE?

No tocante aos sindicatos, chegámos a um acordo sobre os três representantes que seriam membros do CESE, e o governo limitou-se a confirmar as nossas nomeações.

Pensa que os sindicatos e a sociedade civil em geral têm influência suficiente sobre o processo de decisão na Croácia?

Não, não têm. A Croácia enfrenta uma crise de diálogo social. Para que qualquer diálogo seja bem-sucedido, precisamos de confiança e respeito mútuo, dois elementos inexistentes neste momento.

Quais os principais desafios que a Croácia enfrentará após a adesão? Está otimista em relação ao futuro?

O emprego e o crescimento são o maior desafio, tal como em toda a UE. Mas gostaria de salientar a gravidade da crise do emprego juvenil e o facto de os jovens não terem quaisquer garantias em relação ao seu futuro.

Um olhar mais demorado sobre a Croácia



© Mario Romulić & Dražen Stojčić

A exposição de fotografia «Croácia – Instantâneos de uma realidade muito diversa» foi organizada pelo CESE em cooperação com a Missão da República da Croácia junto da UE para celebrar a adesão deste país à União Europeia. Mario Romulić e Dražen Stojčić, cujos trabalhos estiveram expostos no Comité, colaboraram ao longo de três anos para captarem em imagens a beleza e a diversidade da Croácia. Através das suas lentes, procuraram demonstrar que as riquezas culturais e ambientais que o seu país

tem para oferecer são muito mais do que as suas famosas praias do Adriático. A exposição dá-nos uma imagem de um país que tanto é da Europa central como do Mediterrâneo, pois fica situado entre a costa do mar Adriático e os rios Drava e Danúbio ao norte. A sua superfície é quase duas vezes superior à da Bélgica, mas com metade do número de habitantes. É caracterizada por paisagens de enorme diversidade e abrange várias regiões históricas numa área relativamente reduzida. (sb/mb)

A Croácia através dos seus artistas

As galerias e os museus europeus mostraram recentemente arte croata em toda a sua diversidade: desde o pintor do início do impressionismo Vlaho Bukovac, cujas obras foram expostas no Gemeentemuseum de Haia, aos artistas de performance contemporâneos, como Siniša Labrović, voluntariamente chicoteado no «Trouble festival» em Bruxelas. Em Paris, foi possível admirar cartazes e quadros de época de Boris Bučan, mas também extraordinários desenhos a lápis de Davor Vrankić (*Musée de la Halle Saint Pierre*). No Centro Pompidou, foi exposto o trabalho de Tom Gotovac, um artista conceptual que utiliza os meios de comunicação, enquanto a obra de Julije Knifer,



Swan Lake, Boris Bučan. © 2010 MSU Zagrebe

fundadora do grupo «Gorgona» dos anos sessenta, será exposta na feira de Basileia. (sm)



Marija Hanževački, secretária-geral dos Sindicatos Independentes da Croácia

«NA Croácia enfrenta uma crise de diálogo social. Precisamos de confiança e respeito mútuo, dois elementos inexistentes neste momento.»



Oradores na conferência sobre «O impacto da crise nos cidadãos gregos: a caminho da retoma»

A Grécia a caminho do desenvolvimento sustentável: a única via para o futuro

«Com a união dos cidadãos gregos e muito trabalho, a Grécia ultrapassará a crise atual.» Foi com estas palavras que Theodore Karaoglou, ministro da Macedónia e da Trácia da República Helénica, abriu oficialmente a conferência do Grupo dos Interesses Diversos do CESE intitulada «O impacto da crise nos cidadãos gregos: a caminho da retoma», realizada em Salónica (Grécia), em 31 de maio.

Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, sublinhou, em nome dos membros do grupo, que era «essencial alcançar o equilíbrio certo entre as medidas de austeridade, de responsabilidade orçamental e de promoção do crescimento. Temos de considerar de forma equilibrada as dimensões económicas e sociais da crise.» O presidente instou a Grécia a prosseguir a luta contra a corrupção, a reduzir os desequilíbrios do

défi e a efetuar reformas estruturais que tornem o país mais competitivo. No entanto, sublinhou também que tais medidas devem ser complementadas por outras que promovam o crescimento e a igualdade, a criação de emprego, a redução da pobreza e a proteção dos direitos dos consumidores.

Hans-Joachim Wilms, vice-presidente do CESE, e Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores, apresentaram pontos de vista semelhantes. Este último destacou a necessidade de rever a estratégia e de reforçar a integração europeia. Georges Dassis, presidente do Grupo dos Trabalhadores, salientou a necessidade de solidariedade europeia e de soluções nacionais e europeias para a crise.

No entanto, o ponto central das apresentações e dos debates que se lhes

«Essencial alcançar o equilíbrio certo entre as medidas de austeridade, de responsabilidade orçamental e de promoção do crescimento. Temos de considerar de forma equilibrada as dimensões económicas e sociais da crise.»

seguiram foi a determinação e o ativismo de uma vasta gama de partes interessadas da Grécia. Reconheceram-se os erros do passado e a necessidade de envidar esforços concertados para combater o desemprego, especialmente entre os jovens, a evasão fiscal, a corrupção e a economia paralela e para suprir as lacunas da administração pública. Dimitrios Bakatselos, presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Salónica, que organizou o evento, afirmou: «Uma condição *sine qua non*, não só do desenvolvimento mas também da própria sobrevivência da economia grega, é restaurar a confiança no Estado, e demonstrar aos cidadãos gregos que os seus sacrifícios não foram inúteis e que a austeridade não durará para sempre». (ail)

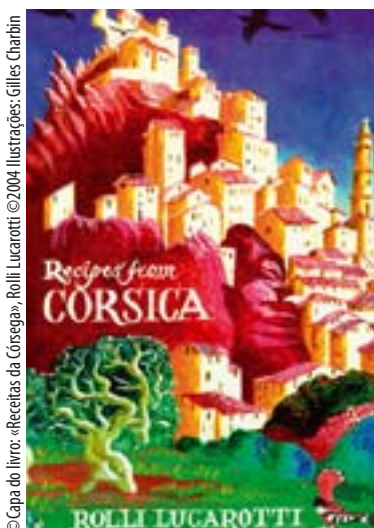
BREVEMENTE NO CESE

«InBETWEEN» – Almoços literários no CESE Cultura gastronómica europeia

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) prossegue com o seu popular ciclo de leituras por autores contemporâneos em 2013, centrando-se agora no conceito lato de cultura gastronómica europeia. A intenção é mostrar como a cultura gastronómica faz parte da nossa vida quotidiana. A cultura da alimentação está inscrita nos processos históricos e espelha a diversidade e a mudança constante das nossas culturas. Simultaneamente, analisaremos de que forma a alimentação ilustra a «unidade na diversidade» da Europa.

Para o CESE, é importante analisar a cultura gastronómica europeia de várias perspetivas:

- o valor dos alimentos – por exemplo, alimentos biológicos e produtos de comércio justo;



©Capa do livro: «Recettes da Córsega», Rolli Lucarotti ©2004. Ilustrações: Gilles Charbin

- a alimentação e a saúde – *slow food* (alimentação consciente) vs. *fast food* (comida rápida);
- papel sociológico e comunicador da alimentação – o impacto social de cozinhar e de comer;
- a alimentação como expressão da tradição – cultura e património.

Este ano, estão representados vários países. Uma das leituras pretende dar uma panorâmica geral da cultura gastronómica europeia, desde a Idade da Pedra até aos nossos dias. A cozinha nórdica, apresentada do ponto de vista dinamarquês, e a cozinha mediterrânica, representada pela Itália, também estarão em destaque. A última leitura será dedicada à tradição e à alimentação de qualidade da Córsega.

Participe nesta experiência culinária, no dia 18 de julho às 12h30 (terraço do CESE, sexto andar). (sb)

A REUNIÃO PLENÁRIA EM POUCAS PALAVRAS

Pacote de investimento social

Investimento social não é apenas algo em que os governos têm de injetar dinheiro, mas também uma fonte de crescimento e emprego, capaz de revitalizar a economia e ajudar potencialmente a UE a sair mais forte da crise. No seu parecer sobre o novo Pacote de Investimento Social (relator: Oliver Röpke, Grupo dos Trabalhadores, Áustria), o CESE solicitou à Comissão que delineasse um plano concreto para a colocação em prática do pacote em vez de se perder em declarações de intenção que não passam de retórica.



Oliver Röpke, membro do CESE

Além disso, o CESE apreciaria que fossem disponibilizados recursos adequados para a sua implementação que

reflitam mais tangivelmente o Semestre Europeu. (ail)

A economia verde na prática

Se a União Europeia pretende continuar a ser uma potência económica mundial, terá de enfrentar o desafio de desenvolver nos próximos anos uma economia verde inclusiva. Assim se exprime o CESE no seu parecer sobre «A economia verde: Promover o desenvolvimento sustentável na Europa», elaborado por Joana Agudo

inovação tendo em vista uma economia sustentável.

O CESE não escondia a sua preocupação perante os profundos cortes sofridos nos últimos anos pelos incentivos fiscais a projetos «verdes» devido às políticas de «austeridade orçamental». Também afirmava



Pedro Narro e Joana Agudo i Bataller



i Bataller (Grupo dos Trabalhadores, Espanha) e Pedro Narro (Grupo dos Interesses Diversos, Espanha).

que a realização de uma economia verde estimularia a produção e criaria empregos tão fundamentais para ajudar a Europa a sair da recessão.

O CESE instava igualmente a UE a honrar o compromisso que assumiu em relação à economia verde na recente Conferência Rio+20 e a entrar em ação. Defendia um modelo de desenvolvimento económico que desse prioridade aos investimentos públicos e oferecesse incentivos às empresas para desenvolverem uma infraestrutura «verde» e envidarem esforços em matéria de

No atinente à política comercial da UE, o CESE recomendava a criação de taxas equivalentes aos impostos sobre o CO2 para os países que não aceitassem compromissos internacionais de redução das emissões. Advertia, porém, que, face aos riscos de deslocalização da indústria, seria ainda muito longo o caminho a percorrer. (mb)

Nova geração de controlos fronteiriços



©Martyrnoia Anna

O CESE apela a que se acelere a elaboração de sistemas fiáveis e eficazes de gestão das fronteiras em todo o espaço Schengen, em particular devido ao esperado aumento da mobilidade nas fronteiras da UE. No entanto, o relator-geral, Cristian Pirvulescu (Grupo dos Interesses Diversos), considera que se deve ter em conta a importância dos direitos fundamentais, dado que a identidade da UE está, explícita e implicitamente, associada à abertura e interligação, não só

a nível interno como além fronteiras. Por conseguinte, é preciso explicar devidamente as regras às autoridades competentes e aos viajantes, assegurando formação adequada ao pessoal da UE envolvido, de modo a não dissuadir os nacionais de países terceiros de viajar para a UE. Os sistemas utilizados são extremamente dispendiosos, pelo que importa assegurar que as despesas sejam proporcionais e eficazes e correspondam o mais possível às estimativas iniciais. (ak)

ENTREVISTA ENTRE COLEGAS

Anna Nietyksza: Jornalista de corpo e alma

Numa nova série de entrevistas, Tomasz Jasiński, membro polaco do Grupo dos Trabalhadores do CESE e representante dos conselheiros no conselho de redação do CESE Info, fala com outros membros para descobrir os seus principais interesses. Recentemente, entrevistou Anna Nietyksza, conselheira polaca do Grupo dos Empregadores do CESE, presidente do conselho de gestão do EFICOM S.A. A seguir transcrevem-se alguns excertos:

Tomasz Jasiński: Sei que viveu muitos anos fora da Polónia, sobretudo em França. Pensa que essa experiência influenciou a sua maneira de ver a Europa?

Anna Nietyksza: Em Paris, licenciou-me em Ciências Políticas e Administrativas e em Línguas Estrangeiras Aplicadas (espanhol e russo). Depois trabalhei dois anos na *Christian Dior*, na Avenida Montaigne, e, mais tarde, como jornalista em assuntos económicos e repórter especializada na Europa Oriental. É aí que nasce o meu interesse pela Europa e, naquela época, a minha atividade profissional permitiu-me comparar duas Europas: a comunista e a outra dos 15 Estados-Membros. Acompanhei de perto a transformação e voltei para a Polónia como assessora de comunicação do ministro das Privatizações, Janusz Lewandowski, atual comissário responsável pelo Orçamento da UE. Além disso, liderei o processo de harmonização da legislação polaca com o acervo comunitário e duas grandes campanhas de informação da Comissão Europeia, na Polónia e na Bulgária, o que foi uma boa experiência em termos de comunicação sobre a Europa e as suas instituições.

É membro do Comité há relativamente pouco tempo; o que acha do CESE? A sua opinião inicial sobre a instituição mudou ao longo dos últimos dois anos? Em caso afirmativo, para melhor ou para pior?

O Comité é uma instituição apaixonante, onde se pode trabalhar numa série de temas muito interessantes. Debate-se aqui o futuro da Europa, e mesmo do mundo, e tratamos de

assuntos muito diversos. Pessoalmente, interessam-me particularmente a Agenda Digital, o financiamento de investimentos inovadores e as PME. Penso que os nossos pareceres são, por vezes, demasiado comedidos e que a Comissão e o Parlamento Europeu não os têm suficientemente em conta, apesar de o Comité ser o órgão consultivo mais importante para a Comissão. Acho, além disso, que não somos devidamente valorizados pelo trabalho que realizamos.

Viaja muito por motivos de trabalho. Ainda tem tempo para viajar com os seus amigos e familiares? Qual é o seu destino favorito?

Adoro as montanhas – sobretudo para esquiar e fazer caminhadas com as minhas filhas – e as regiões do sul da Europa, como a Provença, a Toscana e a Andaluzia. Gosto também das ilhas e da América do Sul, que é a minha grande paixão, assim como das Antilhas e das Caraíbas. Passei três semanas com os índios na Amazônia... e adoro dançar e, para isso, a América Latina e as Caraíbas são um paraíso. Para mim, as ilhas gregas ainda são um sonho, assim como voltar a passar férias num catamarã...

Quais são os seus hobbies?

Dançar, fazer caminhadas na montanha, conhecer pessoas novas, viajar e, mais recentemente, a computação em nuvem e as novas culturas. No fundo, continuo a ser jornalista e especialista em comunicação. Gosto de acompanhar as mudanças da atualidade.

Por fim, qual é o seu maior sonho? Talvez uma carreira política?

Gostaria de trabalhar nas instituições europeias, por exemplo num lugar no domínio da economia ou da diplomacia, em que, de preferência, seja possível viajar ou mesmo viver num país da América Latina. Gostaria também de poder tratar de questões económicas internacionais e, talvez, de ser deputada europeia. (tj) ●



Anna Nietyksza, membro do CESE, Grupos dos Empregadores

25 de maio de 2013 – 25 de maio de 2014: Temos um ano para salvar a Europa, adverte Henri Malosse, presidente do CESE



Henri Malosse, presidente do CESE

O euroceticismo não para de aumentar e os partidos antieuropeus ganham terreno. Apenas 30% dos cidadãos europeus têm uma imagem positiva da União Europeia, um número inquietante considerando que estamos a um ano das eleições europeias, que se realizarão no dia 25 de maio de 2014.

Não tenhamos ilusões. Uma taxa de participação tão baixa comprometerá seriamente a legitimidade da União Europeia.

Além disso, as últimas notícias de Bruxelas não abrem caminho

“Temos um ano para evitar que a data de 25 de maio de 2014 seja um ponto de «divórcio» entre os cidadãos e a Europa e fazer com que as eleições sejam uma oportunidade para um verdadeiro debate democrático sobre as preocupações dos cidadãos, em vez de um referendo sobre a Europa.”

NOTÍCIAS BREVES

Todos juntos contra a pirataria marítima

Numa reunião com jornalistas gregos, Anna Bredima apresentou o recente parecer do Comité sobre o combate à pirataria marítima, do qual foi relatora. Na mesma ocasião, o deputado europeu grego Georgios Koumoutsakos apresentou a resolução do Parlamento Europeu de maio de 2012 sobre esse tema. O debate que se seguiu, que contou com a participação de funcionários dos ministérios gregos dos Negócios Estrangeiros e do Transporte Marítimo, veio reiterar várias das ideias apresentadas por ambas as instituições para combater o flagelo da pirataria.

Anna Bredima e Georgios Koumoutsakos concordaram ser necessário que a UE continue a celebrar acordos regionais com países terceiros, com

à esperança de que o diálogo melhore. A Cimeira Europeia de 22 de maio foi um fracasso total no que diz respeito ao escândalo da evasão fiscal, que custa a cada cidadão 2 000 euros por ano. A Cruz Vermelha grega tem dificuldades em pagar a recolha e o fornecimento de sangue e há países em que mais de um em cada dois jovens não tem trabalho. Tudo isto está a dar um sinal de uma Europa fraca e praticamente incapaz de lidar com a situação dentro das suas próprias fronteiras. Como poderá então defender os interesses dos cidadãos e os valores da nossa sociedade numa economia mundializada cada vez mais competitiva?

Temos um ano para evitar que a data de 25 de maio de 2014 seja um ponto de «divórcio» entre os cidadãos e a Europa e fazer com que as eleições sejam uma oportunidade para um verdadeiro debate

vista a intensificar o combate à pirataria, e que, no quadro das suas relações com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), exerça pressão sobre os países ao largo dos quais os piratas atuam.

Ambos os intervenientes insistiram que a vigilância por satélite das zonas afetadas pela pirataria era indispensável para localizar os navios piratas. Além disso, apelaram ao pleno aproveitamento dos conhecimentos e potencial da Agência Europeia da Segurança Marítima e do Centro Comum de Investigação, para que a vigilância seja mais eficaz. Os dois relatores concordaram que a investigação no domínio das tecnologias anti-pirataria deveria ser financiada ou cofinanciada pela UE.

O que é para mim a floresta?

Recorrendo a ferramentas de comunicação inovadoras para divulgar a nova estratégia da UE sobre as florestas, a Comissão Europeia lançou um concurso de desenhos intitulado «O que é para mim a floresta?». Podiam participar no concurso crianças entre os 6 e os 10 anos a quem foi pedido que criassem um cartaz mostrando como vivem, utilizam, brincam ou contribuem para salvar a floresta. O polaco Jakub Roszak (8 anos) ganhou

o primeiro prémio, um *tablet* digital. O prémio foi entregue por Dacian Cioloș, comissário europeu responsável pela Agricultura e pelo Desenvolvimento Rural.

Seppo Kallio, membro do CESE em representação da Confederação dos Agricultores e Proprietários Florestais da Finlândia, fez parte do painel de seleção, tendo aceitado a árdua tarefa de avaliar mais

democrático sobre as preocupações dos cidadãos, em vez de um referendo sobre a Europa. 365 dias, e nem mais um, para assegurar que a União Europeia é apropriada pelos cidadãos e para lhes fazer ver que ir às urnas nas eleições europeias é importante para a defesa de tudo o que para eles é importante.

Peço, pois, a todos os amigos e colegas no CESE e às organizações nacionais e europeias da sociedade civil que se mobilizem para me ajudarem a apoiar algumas propostas concretas para que a Europa mude de rumo:

- Por um rendimento mínimo na Europa
- Por um programa europeu de aprendizagem que permita a qualquer jovem desempregado estagiar numa empresa
- Por condições impulsionadoras de criação de empresas
- Pela revitalização da indústria na Europa e pelo apoio a milhares de novas empresas europeias líderes, como a Airbus
- Pelo estímulo à criação de universidades europeias
- Pela utilização dos fundos europeus para a revitalização das zonas rurais abandonadas.

wind of change
le moteur citoyen



Anna Bredima, membro do CESE

Na opinião de Anna Bredima, os países da UE poderiam colocar guardas armados, empregues pelo setor privado e devidamente qualificados, a bordo dos navios vulneráveis, desde que essa presença de forças privadas fosse regida por rigorosas normas europeias e internacionais. Nesse contexto, concordou Georgios Koumoutsakos, era necessário apoiar os atuais trabalhos da Organização Marítima Internacional e da Organização Internacional de Normalização. (mb) ●



Desenho vencedor da autoria de Jakub Roszak, vencedor do concurso de desenho «O que é para mim a floresta?»

de 9 mil desenhos provenientes de 23 países. (mb) ●

CESE info em 23 línguas: http://www.eesc.europa.eu/activities/press/eescinfo/index_en.asp

CESE info

Editora

Karin Füssl
Tomasz Jasiński – representante dos membros do CESE no Comité Editorial (Grupo dos Trabalhadores, PL).
Maciej Bury (mb)

Contribuíram para esta edição:

Alejandro Izquierdo Lopez (ail)
Angeliki Karampourouni (ak)
Antonio Santamaria Pargada (asp)
Suzanna Matvejevic (sm)
Sylvia Binger (sb)

Coordenação geral:

Agata Berdys

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, rue Belliard, 99,
1040 Bruxelas, Bélgica
Tel. (+32 2) 546.94.76
Fax (+32 2) 546.97.64
Email: eescinfo@eesc.europa.eu
Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do CESE Info em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o CESE Info encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité: URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.fr.eesc-info>

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no *Jornal Oficial da União Europeia* e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 12 310 exemplares.

O próximo número será publicado em setembro de 2013

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO

Julho de 2013/06 – Edição especial/



Serviço das Publicações